

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/1803	2765/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Carta Maria Ferreira Sepúlveda (1 / 2)
Verificadora
Data: 22/01/2025
HASH: 01cafff153bd99aacd10a26322d8517



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 22/01/2025
HASH: 225f29b0a31c3724ea3d79372833955



PROPOSTA:

A alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui aos municípios a competência para Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriormente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro vieram definir as novas regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais na área da educação, derogando desta forma, as transferências e delegações nesta matéria estabelecidas pela Lei n.º 159/99, de 4 de setembro, diploma que até já havia sido revogado pela Lei n.º 75/2013.

O artigo 11.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, atribui aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional, a competência de apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar.

O artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 estabelece que a ação social escolar, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida pelas câmaras municipais, concretizando que esta competência inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.

O artigo 34.º do mesmo diploma determina que o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar é estabelecido em diploma próprio.

Enquanto o diploma previsto no citado artigo 34.º não for aprovado ou entrar em vigor, mantêm-se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável à ação social escolar, em tudo o que não for contrário ao Decreto-Lei n.º 21/2019.

Assim sendo, manter-se-á em vigor o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, bem como o Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018, na medida em que não contrariem o definido no Decreto-Lei n.º 21/2019.

Ora, o artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na alínea e), determina expressamente a revogação dos artigos 8.º, 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, sendo três artigos que regulavam a distribuição de responsabilidades e competências em matéria de ação social e prestação de auxílios económicos entre a administração central, municípios e agrupamentos de escolas.

Conjugando a regulamentação aplicável à ação social ainda em vigor – em concreto o disposto no Despacho n.º 8452-A/2015 – com as regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais em vigor também – em concreto a Lei n.º 50/2018 e o Decreto-Lei n.º 21/2019 – a responsabilidade pelo apoio da ação social às visitas de estudo para todos os níveis de ensino – 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário – será dos municípios.

No entanto, a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário justificado por uma opção orçamental e nesse sentido esta responsabilidade não está refletida nas verbas transferidas para o município pelo Fundo de Financiamento da Descentralização – FFD ou pelo Fundo Social Municipal – FSM (face ao disposto no artigo 55.º, n.º 4 da Lei do Orçamento para 2023, a Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro).



Na medida em que a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário, no ano letivo 2024-2025 o município vai apoiar as visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo, nos termos previstos no Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018.

Ainda que não previsto nos Despachos acima mencionados, o município assumirá o mesmo apoio, e nos mesmos moldes, para o ensino pré-escolar.

O artigo 15.º-A do Despacho n.º 8452-A/2015 prevê a comparticipação das visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos estudantes que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, até um limite máximo por aluno de 20,00€ |escalão A e 10,00€ |escalão B.

Adaptando à nossa realidade o procedimento definido no citado despacho para envio da informação à DGEstE, foi solicitado aos agrupamentos escolares que até ao final do 1.º período letivo fosse remetido para o município o respetivo plano de visitas de estudo referente ao ano letivo, para o 1.º ciclo e para o ensino pré-escolar, com a calendarização de cada visita e a previsão de alunos beneficiários participantes por escalão.

De acordo com a informação remetida pelos Agrupamentos de Escolas, propõe-se a transferência de 13.940,00 euros de comparticipações nos termos da tabela abaixo, segundo o pressuposto de que cada aluno(a) – escalão A e escalão B – é apoiado uma vez no ano letivo, sendo transferidos os valores máximos correspondentes a cada criança/aluno(a) de uma única vez – 20,00€ no escalão A e 10,00€ no escalão B.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	N.º ALUNOS ESCALÃO A	N.º ALUNOS ESCALÃO B	Valor a transferir Escalão A	Valor a transferir Escalão B	TOTAL AE
AE Alberto Sampaio	26	58	520,00 €	580,00 €	1 100,00 €
AE André Soares	34	37	680,00 €	370,00 €	1 050,00 €
AE Braga Oeste	18	40	360,00 €	400,00 €	760,00 €
AE Carlos Amarante	30	29	600,00 €	290,00 €	890,00 €
AE Celeirós	26	79	520,00 €	790,00 €	1 310,00 €
AE D. Maria II	64	63	1 280,00 €	630,00 €	1 910,00 €
AE Dr. Francisco Sanches	7	15	140,00 €	150,00 €	290,00 €
AE Maximinos (*)	114	84	2 280,00 €	840,00 €	3 120,00 €
AE Mosteiro e Cávado	29	57	580,00 €	570,00 €	1 150,00 €
AE Real	93	78	1 860,00 €	780,00 €	2 640,00 €
AE Sá de Miranda	27	84	540,00 €	840,00 €	1 380,00 €
AE Trigal Santa Maria	33	75	660,00 €	750,00 €	1 410,00 €
CMCG	0	5	- €	50,00 €	50,00 €
				TOTAL	13 940,00 €

(*) Segundo comunicação da Direção do AE, a verba transferida em 23.24 (3.310,00 euros) não foi executada transitando para 24.25, pelo que o valor de 3.120,00 euros relativo às visitas de estudos previstas para 24.25 não é transferido para o AE, sendo por isso retirado do valor global.

Braga, 20.01.2025

A Chefe de Divisão de Educação,

Margarida Amorim Pereira

Código Validação: 9YKYCHX2YSC5L5GF2TACCSEP9
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esP



DATA: 21/01/2025

ASSUNTO: Informação de cabimento e/ou compromisso

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo de Gestiona nº 2765/2025, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: – **93144**

N.º sequencial de compromisso:

- 120386 – Agrupamento. Alberto Sampaio
- 120390 – Agrupamento André Soares
- 120391 – Agrupamento Braga Oeste
- 120334 – Agrupamento Carlos Amarante
- 120395 – Agrupamento de Celeirós
- 120396 – Agrupamento D. Maria II
- 1203397 – Agrupamento Francisco Sanches
- 120400 – Agrupamento Mosteiro e Cávado
- 120401 – Agrupamento de Real
- 120402 – Agrupamento Sá de Miranda
- 120404 – Agrupamento Trigal Santa Maria
- 120405 – Conservatório de Música Calouste Gulbenkian

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.



Assunto: Apoio às visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo e pré-escolar - ano letivo 2024-2025

PROPOSTA:

A alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui aos municípios a competência para Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriormente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro vieram definir as novas regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais na área da educação, derogando desta forma, as transferências e delegações nesta matéria estabelecidas pela Lei n.º 159/99, de 4 de setembro, diploma que até já havia sido revogado pela Lei n.º 75/2013.

O artigo 11.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, atribui aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional, a competência de apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar.

O artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 estabelece que a ação social escolar, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida pelas câmaras municipais, concretizando que esta competência inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.

O artigo 34.º do mesmo diploma determina que o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar é estabelecido em diploma próprio.

Enquanto o diploma previsto no citado artigo 34.º não for aprovado ou entrar em vigor, mantêm-se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável à ação social escolar, em tudo o que não for contrário ao Decreto-Lei n.º 21/2019.

Assim sendo, manter-se-á em vigor o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, bem como o Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018, na medida em que não contrariem o definido no Decreto-Lei n.º 21/2019.

Ora, o artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na alínea e), determina expressamente a revogação dos artigos 8.º, 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, sendo três artigos que regulavam a distribuição de responsabilidades e competências em matéria de ação social e prestação de auxílios económicos entre a administração central, municípios e agrupamentos de escolas.

Conjugando a regulamentação aplicável à ação social ainda em vigor – em concreto o disposto no Despacho n.º 8452-A/2015 – com as regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais em vigor também – em concreto a Lei n.º 50/2018 e o Decreto-Lei n.º 21/2019 – a responsabilidade pelo apoio da ação social às visitas de estudo para todos os níveis de ensino – 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário – será dos municípios.

No entanto, a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário justificado por uma opção orçamental e nesse sentido esta responsabilidade não está refletida nas verbas transferidas para o município pelo Fundo de Financiamento da Descentralização – FFD ou pelo Fundo Social Municipal – FSM (face ao disposto no artigo 55.º, n.º 4 da Lei do Orçamento para 2023, a Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro).

Na medida em que a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário, no ano letivo 2024-2025 o município vai apoiar as visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo, nos termos previstos no Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018.

Ainda que não previsto nos Despachos acima mencionados, o município assumirá o mesmo apoio, e nos mesmos moldes, para o ensino pré-escolar.

O artigo 15.º-A do Despacho n.º 8452-A/2015 prevê a comparticipação das visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos estudantes que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, até um limite máximo por aluno de 20,00€ |escalão A e 10,00€ |escalão B.

Adaptando à nossa realidade o procedimento definido no citado despacho para envio da informação à DGEstE, foi solicitado aos agrupamentos escolares que até ao final do 1.º período letivo fosse remetido para o município o respetivo plano de visitas de estudo referente ao ano letivo, para o 1.º ciclo e para o ensino pré-escolar, com a calendarização de cada visita e a previsão de alunos beneficiários participantes por escalão.

De acordo com a informação remetida pelos Agrupamentos de Escolas, propõe-se a transferência de 13.940,00 euros de comparticipações nos termos da tabela abaixo, segundo o pressuposto de que cada aluno(a) – escalão A e escalão B – é apoiado uma vez no ano letivo, sendo transferidos os valores máximos correspondentes a cada criança/aluno(a) de uma única vez – 20,00€ no escalão A e 10,00€ no escalão B.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	N.º ALUNOS ESCALÃO A	N.º ALUNOS ESCALÃO B	Valor a transferir Escalão A	Valor a transferir Escalão B	TOTAL AE
AE Alberto Sampaio	26	58	520,00 €	580,00 €	1 100,00 €
AE André Soares	34	37	680,00 €	370,00 €	1 050,00 €
AE Braga Oeste	18	40	360,00 €	400,00 €	760,00 €
AE Carlos Amarante	30	29	600,00 €	290,00 €	890,00 €
AE Celeirós	26	79	520,00 €	790,00 €	1 310,00 €
AE D. Maria II	64	63	1 280,00 €	630,00 €	1 910,00 €
AE Dr. Francisco Sanches	7	15	140,00 €	150,00 €	290,00 €
AE Maximinos (*)	114	84	2 280,00 €	840,00 €	3 120,00 €
AE Mosteiro e Cávado	29	57	580,00 €	570,00 €	1 150,00 €
AE Real	93	78	1 860,00 €	780,00 €	2 640,00 €
AE Sá de Miranda	27	84	540,00 €	840,00 €	1 380,00 €
AE Trigal Santa Maria	33	75	660,00 €	750,00 €	1 410,00 €
CMCG	0	5	- €	50,00 €	50,00 €
				TOTAL	13 940,00 €

(*) Segundo comunicação da Direção do AE, a verba transferida em 23.24 (3.310,00 euros) não foi executada transitando para 24.25, pelo que o valor de 3.120,00 euros relativo às visitas de estudos previstas para 24.25 não é transferido para o AE, sendo por isso retirado do valor global.

Braga, 20.01.2025

A Chefe de Divisão de Educação,

Margarida Amorim Pereira